

A CARTILHA NA LITERATURA SURDA: METODOLOGIA DE ENSINO PARA INCLUSÃO**THE PRIMER IN DEAF LITERATURE: TEACHING METHODOLOGY FOR INCLUSION****INTRODUCCIÓN A LA LITERATURA SORDA: UNA METODOLOGÍA DE ENSEÑANZA PARA LA INCLUSIÓN**

<https://doi.org/10.56238/ERR01v10n6-023>

Shirley Martins de Oliveira Carvalho

Mestranda em Ciências da Educação

Instituição: Ivy Enber Christian University

E-mail: Shirley moc09@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-6990-9995>

Elisângela da Silva Fernandes

Mestranda em Educação

Instituição: Ivy Enber Christian University

E-mail: elisfernandes21@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-0626-9831>

Lucélia da Costa Braga

Mestranda em Ciências da Educação

Instituição: Ivy Enber Christian University

E-mail: luceliadacostabraga@gmail.com

RESUMO

O presente artigo contempla a evolução da educação especial no Brasil, com ênfase na educação de surdos, a importância do ensino bilíngue na escola e a utilização da cartilha como ferramenta de inclusão. A história da educação de pessoas com deficiência no Brasil desde o início do século XIX, com os primeiros esforços de inclusão, a criação do Instituto Benjamin Constant e o Instituto Nacional de Educação de Surdos, até o século XX, caracterizando a educação de surdos como um modelo segregador e oralista, que marginalizava a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, e da inclusão de LIBRAS como língua oficial da comunidade surda em 2002. O artigo também destaca o impacto positivo do ensino bilíngue para o aluno surdo, que adota a LIBRAS como primeira língua e o português escrito como segunda, promovendo um modelo de aprendizagem mais imersivo e eficaz. A implementação do ensino bilíngue é vista como uma ação essencial para uma educação inclusiva, ajudando a superar barreiras de exclusão e criando um ambiente escolar mais justo e igualitário. Neste trabalho, buscou-se informações com o auxílio de portais como Portal Educação, Portal do Governo Federal além de outros, também dialogamos com autores como Beyer, Carneiro, Carvalho, Franco, Gadotti, Gil, Karnopp, Jannuzzi, Minayo, Nóvoa, Richardson, Oliveira, Perrenoud, Saviani, Skliar

dentre outros, os que os que não foram referenciados, porém contribuíram com ideias que ajudaram e subsidiaram o aprendizado desta produção.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Literatura Surda. Cartilhas Pedagógicas. LIBRAS. Educação Bilíngue.

ABSTRACT

This article examines the evolution of special education in Brazil, with an emphasis on the education of deaf people, the importance of bilingual education in schools, and the use of primers as a tool for inclusion. It traces the history of education for people with disabilities in Brazil from the beginning of the 19th century, with the first inclusion efforts, the creation of the Benjamin Constant Institute and the National Institute for the Education of the Deaf, to the 20th century, characterizing the education of the deaf as a segregating and oralist model that marginalized Brazilian Sign Language (LIBRAS). This changed with the promulgation of the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB) in 1996, and the inclusion of LIBRAS as the official language of the deaf community in 2002. The article also highlights the positive impact of bilingual education for deaf students, who adopt LIBRAS as their first language and written Portuguese as their second, promoting a more immersive and effective learning model. The implementation of bilingual education is seen as an essential action for inclusive education, helping to overcome barriers of exclusion and creating a fairer and more egalitarian school environment. In this work, information was sought from sources such as the Portal Educação and the Federal Government Portal, among others. We also consulted authors such as Beyer, Carneiro, Carvalho, Franco, Gadotti, Gil, Karnopp, Jannuzzi, Minayo, Nóvoa, Richardson, Oliveira, Perrenoud, Saviani, Skliar, among others, those who were not referenced but contributed ideas that helped and supported the learning process of this production.

Keywords: School Inclusion. Deaf Literature. Pedagogical Primers. LIBRAS. Bilingual Education.

RESUMEN

Este artículo examina la evolución de la educación especial en Brasil, con énfasis en la educación de las personas sordas, la importancia de la educación bilingüe en las escuelas y el uso de libros de texto como herramienta de inclusión. Traza la historia de la educación para personas con discapacidad en Brasil desde principios del siglo XIX, con los primeros esfuerzos de inclusión, la creación del Instituto Benjamin Constant y el Instituto Nacional de Educación para Sordos, hasta el siglo XX, caracterizando la educación para sordos como un modelo segregacionista y oralista que marginaba la Lengua de Señas Brasileña (LIBRAS). El artículo analiza la promulgación de la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional (LDB) en 1996 y la inclusión de LIBRAS como lengua oficial de la comunidad sorda en 2002. Asimismo, destaca el impacto positivo de la educación bilingüe para los estudiantes sordos, quienes adoptan LIBRAS como primera lengua y el portugués escrito como segunda, promoviendo un modelo de aprendizaje más inmersivo y efectivo. La implementación de la educación bilingüe se considera una acción esencial para la educación inclusiva, ya que contribuye a superar las barreras de exclusión y a crear un entorno escolar más justo y equitativo. Este trabajo recabó información a través de portales como Portal Educação, el Portal del Gobierno Federal, entre otros. Asimismo, se dialogó con autores como Beyer, Carneiro, Carvalho, Franco, Gadotti, Gil, Karnopp, Jannuzzi, Minayo, Nóvoa, Richardson, Oliveira, Perrenoud, Saviani y Skliar, entre otros, cuyas ideas, si bien no se citan aquí, fueron fundamentales para el desarrollo de este trabajo.

Palabras clave: Inclusión Escolar. Literatura Sorda. Manuales Educativos. LIBRAS (Lengua de Señas Brasileña). Educación Bilingüe.

1 INTRODUÇÃO

A história da educação especial no Brasil é marcada por uma longa trajetória de lutas e transformações, que começam logo no início do século XIX, em 1822, quando se iniciaram as primeiras iniciativas voltadas ao atendimento de pessoas com deficiência. Ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, essa trajetória reflete não apenas os avanços educacionais, mas também os desafios de um país em constante mudança, atravessado por transformações políticas, sociais e culturais. A evolução da educação especial no Brasil se deu entre os paradigmas de segregação, integração e, finalmente, a inclusão, e, como lembra Jannuzzi (2012, p. 47), a educação especial brasileira foi moldada pela compreensão e tratamento da deficiência em diferentes períodos históricos.

No século XIX, surgiram as primeiras instituições voltadas para a educação de pessoas com deficiência, como o Instituto Benjamin Constant (IBC), fundado em 1854, para atender deficientes visuais, e o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), criado em 1857, com foco no atendimento de deficientes auditivos. Esses marcos iniciais representaram esforços pioneiros para incluir essas populações, mas ainda dentro de um modelo segregador e assistencialista. Conforme Carvalho (2004), a educação inclusiva no Brasil surge como resultado da luta histórica pela cidadania e pelo reconhecimento das pessoas com deficiência.

Foi apenas a partir da segunda metade do século XX que movimentos sociais e políticas públicas começaram a reposicionar a educação especial, transformando-a de uma prática assistencialista em um direito garantido pelo Estado. Como observam Glat e Pletsch (2022, p. 18), “a partir do século XX, a educação especial passou a integrar as políticas públicas educacionais, deixando de ser um serviço assistencialista para se constituir como direito garantido pelo Estado”.

Essa mudança de paradigma culminou na formulação de uma política educacional inclusiva, que visa garantir o acesso, a permanência e o pleno desenvolvimento de todos os estudantes. Assim sendo, Mantoan (2003, p. 25) enfatiza que o processo de inclusão escolar resulta da superação de concepções assistencialistas e da adoção de práticas pedagógicas que reconhecem a diversidade como princípio fundamental da educação.

Com o fortalecimento das políticas inclusivas, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação de surdos no Brasil também passou a ocupar um espaço mais relevante dentro do campo da educação especial. Nesse movimento, a surdez passou a ser reconhecida não mais como uma deficiência sensorial, mas como uma diferença linguística e cultural. A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), oficialmente reconhecida desde 1855, quando o professor francês surdo Hernest Huet foi convidado por Dom Pedro II, é um exemplo claro desse reconhecimento da surdez como uma cultura e identidade própria. Huet fundou o Imperial Instituto Nacional de Surdos-Mudos,

no Rio de Janeiro, em 1857, marcando o início da educação sistemática para surdos no Brasil (Portal Educação, 2024).

No entanto, ao longo do tempo, a abordagem oralista foi imposta como método predominante, marginalizando o uso língua brasileira de sinais e gerando resistências dentro da comunidade surda. Somente nas últimas décadas, o ensino bilíngue, que reconhece a importância da LIBRAS e do português escrito, começou a ser visto como a abordagem mais eficaz para o desenvolvimento da identidade e aprendizagem dos surdos.

A inclusão educacional de surdos é um princípio amplamente reconhecido em documentos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração de Jomtien (1990) e a Declaração de Salamanca (1994). No entanto, como apontam Carneiro e Dall'Acqua (2014), ainda existem desafios significativos na prática, como a escassez de professores qualificados em LIBRAS, a falta de materiais bilíngues e a resistência institucional à implementação de práticas inclusivas.

Este estudo, portanto, busca discutir a relevância das cartilhas bilíngues como uma metodologia inclusiva no ensino da literatura surda, explorando sua importância pedagógica, cultural e identitária para o desenvolvimento pleno do aluno surdo.

2 METODOLOGIA

A metodologia é a parte determinante do trabalho, orientando o caminho a ser seguido, garantindo que cada etapa seja cuidadosamente planejada e executada, para que os objetivos do estudo sejam alcançados com clareza e precisão. Ao retratar previamente métodos e técnicas, o pesquisador delimita o foco do estudo, afasta abstrações e subsidia para a interpretação coerente dos achados, afirmindo o rigor científico e respaldo ético em todo o processo investigativo (Gil, 2008 p.26).

O pesquisador, ao delinear os métodos e técnicas a serem utilizados, estabelece uma base sólida que assegura a validade e a confiança nos resultados obtidos, paralelamente, proporciona um modelo que pode ser replicado e analisado por outros estudiosos, garantindo que os achados possam ser verificados e confirmados por meio de diferentes perspectivas.

A pesquisa, de uma forma geral, pode ser vista como um processo formal e rigoroso, cujo principal objetivo é buscar respostas para questões previamente levantadas. Ao adotar uma abordagem científica, o estudo não apenas se dedica à resolução de problemas, mas também integra um olhar atento aos contextos históricos e sociais nos quais esses problemas surgem. Ternoski e Simão (2022, p. 1) destacam que a pesquisa social tem como foco o desenvolvimento humano, considerando a importância de entender a realidade e intervir de maneira consciente e eficaz.

Neste sentido, elegemos a pesquisa bibliográfica como método de coleta de dados, diante do fato, da possibilidade de novas interpretações e diálogos críticos. A pesquisa caracteriza-se como fundamentada em autores de referência, e em documentos legais sobre educação inclusiva. Segundo Medeiros (2009), a pesquisa bibliográfica consiste na análise de produções científicas relevantes ao tema, enquanto Minayo (2012) destaca que a abordagem qualitativa busca compreender significados, percepções e representações sociais.

Com o intuito de interpretar significativamente um fenômeno, explorando sua subjetividade e a complexidade das experiências humanas, entendemos que a pesquisa qualitativa, “é a fonte direta de dados e o pesquisador, o principal instrumento, sendo que os dados coletados são predominantemente descritivos”, segundo Creswel (2007, p. 186).

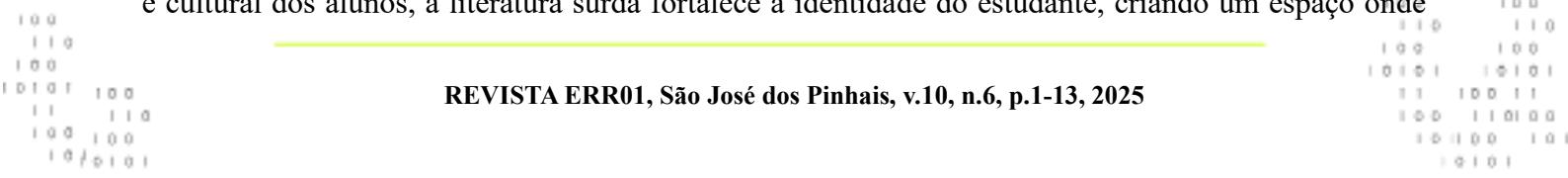
Para Richardson (2012 p.79) A abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social.

O ensino bilíngue se firma como um pilar fundamental para o desenvolvimento educacional dos alunos surdos, ancorado em três dimensões essenciais: social, cultural e linguística. Ele propõe um modelo de aprendizagem imersivo, que busca mais do que simplesmente ensinar uma língua; visa formar verdadeiros falantes fluentes da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), estabelecendo uma conexão genuína entre o aluno e a língua em sua totalidade. Nesse processo, o aprendizado se torna uma ponte entre duas línguas, onde a LIBRAS é a primeira língua (L1) e o português, a segunda (L2), favorecendo tanto a competência linguística quanto a compreensão cultural de seus falantes.

Os resultados observados demonstram que a adoção de metodologias bilíngues, com essa estrutura de LIBRAS como L1 e o português como L2, tem se mostrado extremamente eficaz para o avanço não apenas no domínio linguístico, mas também na socialização dos alunos surdos. Estudos realizados por Carneiro (2018) e Santos (2021) apontam para o impacto positivo dessa abordagem, destacando sua relevância para a inclusão educacional e a construção de uma identidade cultural sólida.

As cartilhas bilíngues se destacam como ferramentas pedagógicas práticas e de baixo custo, que desempenham um papel crucial na mediação entre as duas línguas. Sua aplicabilidade é notável, uma vez que podem ser facilmente adaptadas ao contexto escolar e à realidade dos alunos. Além disso, essas cartilhas não se limitam a ser simples materiais de leitura; elas são verdadeiros instrumentos de aprendizagem que estimulam o aluno a se envolver ativamente com as duas línguas, ampliando seu vocabulário e sua capacidade de expressão em diferentes contextos.

A literatura surda, conforme apontado por Ferreira e Almeida (2019), é outro componente vital nesse processo. Ao oferecer narrativas que dialogam diretamente com a vivência e a percepção visual e cultural dos alunos, a literatura surda fortalece a identidade do estudante, criando um espaço onde



ele pode se reconhecer e se expressar. Ao integrar histórias, ilustrações e textos bilíngues, essas cartilhas não só enriquecem o repertório linguístico dos alunos, mas também favorecem o desenvolvimento do português escrito, sem que isso prejudique a fluência em LIBRAS, como demonstrado por Oliveira (2022).

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 DA SEGREGAÇÃO À INCLUSÃO: EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

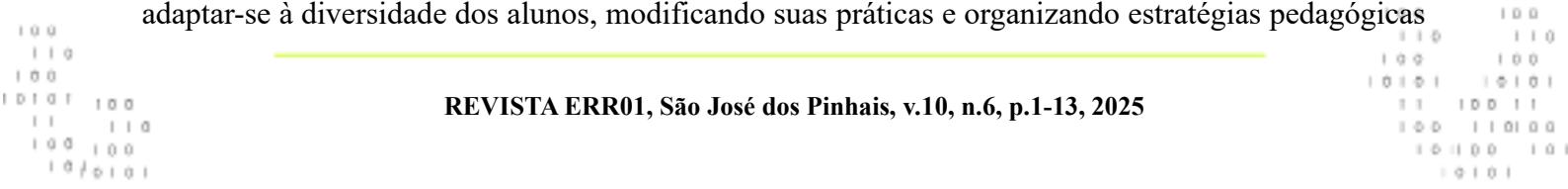
A educação especial no Brasil, ao longo dos anos, tem passado por profundas transformações, refletindo as mudanças na sociedade, na política e nas percepções sobre a deficiência. Quando observamos as primeiras instituições voltadas para o atendimento de pessoas com deficiência, como descreve Beyer (2013, p. 45), notamos que essas iniciativas, embora pioneiros, muitas vezes reforçaram a segregação, separando os alunos com deficiência da escola comum. Essa divisão criava uma realidade de exclusão e invisibilidade, onde os deficientes eram tratados não como parte integrante da sociedade, mas como aqueles que precisavam ser "ajustados" ou "corrigidos".

Foi com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, especificamente com o artigo 58, que essa realidade começou a mudar. A LDB estabeleceu que a educação especial deveria ser, preferencialmente, oferecida na rede regular de ensino, com apoio especializado quando necessário. Isso marcou uma verdadeira virada no paradigma educacional, em que a inclusão deixou de ser vista como um favor ou um gesto de benevolência, e passou a ser encarada como um direito de todos, independentemente das diferenças.

A consolidação dessa visão de inclusão foi ainda mais fortalecida com a Lei nº 10.436/2002, que reconheceu oficialmente a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio de comunicação legítimo da comunidade surda, seguida pelo Decreto nº 5.626/2005, que regulamentou o uso de LIBRAS e a formação de profissionais capacitados para trabalhar com surdos. Essas mudanças legais não apenas marcaram um passo importante na inclusão das pessoas surdas na educação, mas também significaram um reconhecimento da cultura surda como parte integral da diversidade cultural do Brasil.

Ainda assim, esse processo de inclusão exige uma adaptação contínua das escolas, que precisam repensar suas práticas pedagógicas, seus currículos e suas metodologias para realmente atender à diversidade de alunos. Como observa Nóvoa (2010, p. 92), "reorganizar a escola significa repensar as práticas pedagógicas, o currículo e a cultura escolar, de modo a reconhecer e valorizar a diversidade dos alunos". Isso inclui não apenas a adaptação física dos espaços, mas a reformulação de atitudes e abordagens pedagógicas que incentivem o pertencimento e o respeito à pluralidade.

Contudo, como bem destaca Perrenoud (2000, p. 47), "o desafio das escolas consiste em adaptar-se à diversidade dos alunos, modificando suas práticas e organizando estratégias pedagógicas



inclusivas". O Censo Escolar de 2023 revela dados alarmantes, como a matrícula de 61.594 alunos com deficiência auditiva, o que reforça a urgência de implementar metodologias pedagógicas acessíveis e eficazes. Com isso, a educação inclusiva não pode mais ser vista como uma opção, mas como uma necessidade urgente e inadiável.

3.2 A CONSOLIDAÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS E O ENSINO BILÍNGUE

O reconhecimento da língua brasileira de sinais (LIBRAS) pela Lei nº 10.436, de 2002, foi, sem dúvida, um marco histórico para a inclusão dos surdos na sociedade brasileira. A partir desse momento, a LIBRAS deixou de ser uma linguagem marginalizada e passou a ser reconhecida como a língua oficial da comunidade surda. Além disso, o Decreto nº 5.626/2005 consolidou esse avanço ao regulamentar o ensino bilíngue, onde a LIBRAS é a primeira língua e o português escrito é a segunda, transformando radicalmente a forma de educação dos surdos no Brasil.

Historicamente, a comunidade surda enfrentou grandes desafios, como a imposição do ensino oralista, que buscava "corrigir" os surdos, obrigando-os a aprender a falar e a ler os lábios, sem considerar sua identidade cultural e linguística. Esse processo de marginalização, ao ignorar a língua de sinais, afastou muitos surdos do seu próprio senso de identidade e pertencimento.

Ao reconhecer a LIBRAS como a língua de instrução, o Brasil deu um passo importante para reparar essas injustiças históricas. O ensino bilíngue não é apenas uma estratégia pedagógica, mas uma forma de afirmar a cultura surda, respeitar a identidade dos surdos e promover sua participação ativa na sociedade. Karnopp (2006) a literatura surda desempenha papel fundamental nesse processo, pois constitui um espaço de expressão cultural, narrativa histórica e construção identitária, refletindo experiências, perspectivas e a percepção singular do mundo pela comunidade surda.

Art. 60-A. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos. (Brasil 1996)

A educação bilíngue, portanto, vai além da simples aquisição de habilidades linguísticas; ela permite que os surdos se desenvolvam em um ambiente que respeita sua língua materna e promove a autonomia intelectual e cultural. Isso não apenas fortalece sua autoestima, mas também facilita a construção de uma identidade plena e consciente.

O ensino bilíngue, ao integrar a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e o português escrito, configura-se como uma estratégia pedagógica essencial para o letramento pleno dos estudantes surdos, permitindo-lhes desenvolver competências cognitivas e comunicativas de forma contextualizada e significativa (Lopes 2025).

Do ponto de vista sociocultural, a consolidação da LIBRAS proporciona visibilidade para comunidade surda como grupo social portador de identidade e cultura própria, com valores e formas de comunicação distintas. “O ensino bilíngue possibilita o reconhecimento da identidade surda e o fortalecimento de sua cultura.” (GONÇALVES & SILVA, 2023, p. 42).

A prática bilíngue nas escolas promove, portanto, não apenas a aquisição de habilidades linguísticas, mas também a valorização da diversidade e o reconhecimento da pluralidade de saberes e experiências presentes no ambiente educacional. “A educação bilíngue representa a base para a inclusão efetiva, pois respeita a língua e a cultura surda.” (MARTINS, 2023, p. 91).

Nesse sentido, o ensino bilíngue configura-se como uma ferramenta de emancipação cultural, garantindo que os alunos surdos tenham acesso pleno ao conhecimento, à participação social e ao exercício de seus direitos linguísticos e humanos “Educar em duas línguas é reconhecer a diferença como potência e não como limitação.” (NASCIMENTO & LODI, 2024, p. 63)

Portanto, a consolidação da LIBRAS e do ensino bilíngue reflete um comprometimento com a educação inclusiva, alinhada às políticas públicas de valorização da diversidade cultural e linguística. Reconhecer a LIBRAS como língua de instrução é reconhecer a identidade da comunidade surda, promovendo práticas pedagógicas que respeitam suas especificidades e asseguram o desenvolvimento pleno de suas potencialidades, consolidando, assim, a inclusão efetiva no espaço escolar e na sociedade em geral.

3.3 FORMAÇÃO DOCENTE E METODOLOGIAS INCLUSIVAS

A formação de professores é, sem dúvida, um dos pilares fundamentais para a efetivação da inclusão educacional. Como defendem Libâneo (2013) e Franco, Pimenta (2012), os educadores precisam não apenas de conhecimentos técnicos, mas também de uma sensibilidade pedagógica capaz de perceber e lidar com as diversas formas de aprendizado presentes na sala de aula. Isso é ainda mais crucial quando se trata de alunos surdos, que têm suas próprias formas de comunicação e percepção do mundo. “O processo de ensino-aprendizagem deve considerar as diferenças individuais, construindo atividades e métodos que se ajustem à diversidade dos estudantes.” (Vygotsky 1991, p.104).

Nesse contexto, a formação docente desponta como componente central, pois é por meio dela que o professor adquire não apenas noções técnicas, mas também uma postura ética e reflexiva em face às diferenças. Como destaca Saviani (2021, p. 22), “a formação do educador deve ser orientada



para a compreensão crítica da realidade social e educacional, capacitando-o a atuar de forma consciente e transformadora no processo educativo".

A formação docente demanda ir além da dimensão técnica, preconizando o desenvolvimento de uma sensibilidade pedagógica capaz de perceber as múltiplas formas de aprendizado e de comunicação presentes na escola. Isso implica na suplantação de práticas homogêneas e a adoção de metodologias flexíveis, contextualizadas e centradas no sujeito.

É nesse movimento que o professor se torna mediador do conhecimento, promovendo o diálogo entre diferentes linguagens e culturas, e contribuindo para a edificação de uma educação verdadeiramente inclusiva e democrática. Nesse sentido, "o professor é muito mais um mediador do conhecimento, diante do aluno que é o sujeito da sua própria formação. Ele deixará de ser um lecionador para ser um organizador do conhecimento e da aprendizagem" (Gadotti, 2005, p. 3).

Em síntese, a metodologia inclusiva se predispõe a inúmeras atribuições que inclui formação continuada, investimento em recursos acessíveis e uma reestruturação na cultura institucional da escola. A inclusão de alunos surdos, ademais de um dever legal, necessita ser compreendida como um direito humano e um princípio ético que assevera a escola como espaço de pertencimento, equidade e conversão social. "A surdez não é uma deficiência, mas uma diferença cultural" (SKLIAR, 2000, p. 32).

3.4 RECURSOS DIDÁTICOS ADAPTADOS: CARTILHAS BILÍNGUES

Os recursos didáticos adaptados, como cartilhas bilíngues, são mais do que ferramentas pedagógicas; eles representam a ponte entre o conhecimento e as necessidades específicas de cada estudante.

Ao respeitar as diferenças cognitivas, sensoriais e culturais, esses recursos não só ampliam a possibilidade de aprendizado, como também asseguram a inclusão, apresentando um ambiente escolar, acolhedor, equitativo e capaz de valorizar a diversidade de cada aluno. "Os materiais adaptados representam não apenas recursos técnicos, mas instrumentos ético-pedagógicos comprometidos com o direito de todos à aprendizagem." (Marendaz, 2025)

A utilização de estratégias visuais, auditivas, tátteis e digitais é fundamental para garantir que todos os alunos, incluindo os surdos, possam participar plenamente das atividades propostas e ter acesso ao aprendizado. "A cartilha informativa bilíngue é um material educativo ... com o intuito de ser um recurso didático e instrucional, podendo ser impresso ou digitalizado, que possibilite ao docente ter uma percepção que o aluno surdo participe no ensino regular." (Oliveira; Santos; Miranda, 2022, p. 55)



Essas cartilhas não apenas atendem às necessidades cognitivas dos alunos, mas também são fundamentais para promover a inclusão social e cultural. Ao permitir que os surdos acessem informações em LIBRAS e português, esses materiais contribuem significativamente para a formação de cidadãos mais críticos e conscientes, que podem navegar entre diferentes contextos linguísticos e culturais de forma fluente e autônoma. Como afirmam Santos e Lopes (2022, p. 8), "a educação bilíngue é uma ferramenta de inclusão que assegura o direito à aprendizagem e ao acesso à informação, valorizando as identidades linguísticas e culturais dos sujeitos envolvidos".

Portanto, as cartilhas bilíngues representam não apenas um recurso pedagógico, mas uma forma de promover uma educação inclusiva e humanizada, que respeita as diferenças e garante o acesso ao conhecimento para todos. Ao oferecer um ambiente de aprendizado que respeite as especificidades de cada aluno, esses materiais colaboraram para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação do ensino bilíngue para alunos surdos, sustentado pela Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua e o português como segunda, representa um avanço crucial na busca por uma educação verdadeiramente inclusiva. Ao adotar esse modelo, não estamos apenas ensinando uma língua adicional, mas promovendo uma imersão que respeita e valoriza a identidade e as especificidades culturais dos surdos. Esse processo vai além da simples aprendizagem de linguagens; trata-se de fortalecer um elo cultural, social e linguístico entre o aluno e o mundo, permitindo que ele caminhe por diversas realidades com autonomia e confiança.

O impacto positivo dessa abordagem se reflete na evolução não só da competência linguística, mas também na socialização e desenvolvimento pessoal dos alunos. Estudos e práticas pedagógicas demonstram que ao proporcionar aos alunos surdos um ambiente onde a LIBRAS e o português coexistem de forma equilibrada, conseguimos mais do que promover a fluência em ambas as línguas, como construindo pontes culturais que ajudam a derrubar barreiras de exclusão, criando um ambiente educacional mais acolhedor e diversificado.

Assim, a adoção do ensino bilíngue vai além de um modelo pedagógico, sendo uma ferramenta essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O caminho para uma educação inclusiva de verdade passa por ações concretas como essas, que reconhecem as diferenças não como barreiras, mas como potenciais para o enriquecimento da experiência educacional de todos.

REFERÊNCIAS

- BEYER, F. Educação especial: da segregação à inclusão. São Paulo: Cortez, 2013.
- CARNEIRO, L.; DALL'ACQUA, M. Metodologias inclusivas no ensino de alunos surdos. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- CRESWEL, J. W. Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- FERREIRA, P.; ALMEIDA, R. Literatura surda e cartilhas bilíngues: práticas pedagógicas inclusivas. Curitiba: UEPG, 2019.
- FRANCO, A.; PIMENTA, S. Formação docente para educação inclusiva. São Paulo: Loyola, 2012.
- GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não-formal. Sion: Instituto Paulo Freire – IDE, 2005.
- Gil, Antônio Carlos Métodos e técnicas de pesquisa social / Antônio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.
- GONÇALVES, Aline; SILVA, Rogério. Educação bilíngue e identidade surda: perspectivas inclusivas na escola contemporânea. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 29, n. 2, p. 35-50, 2023.
- GLAT, R.; PLETSCH, M. D. (orgs.). Educação inclusiva: cultura, políticas e práticas. 3. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.
- JANNUZZI, Gilberta de Martino. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2012.
- KARNOPP, L. B. Literatura surda e educação bilíngue: desafios e perspectivas. Florianópolis: UFSC, 2006.
- LIBÂNEO, J. C. Didática. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- MARTINS, Beatriz. Ensino bilíngue e cultura surda: caminhos para a inclusão efetiva. Educação em Debate, v. 38, n. 4, p. 85-95, 2023.
- MEDEIROS, C. Metodologia da pesquisa científica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MENDES, E. A inclusão na educação básica: políticas e práticas pedagógicas. Educação em Revista, v. 28, p. 2020.
- MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.



MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

NASCIMENTO, Sandra P.; LODI, Ana C. B. Educar em duas línguas: fundamentos para uma escola bilíngue inclusiva. Revista Práxis Educativa, v. 20, n. 1, p. 60-75, 2024.

NÓVOA, António. Os professores e a sua formação. Lisboa: Educa, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jany, Pesquisa social; métodos e técnicas / Roberto Jarty Richardson; colaboradores José Augusto de Souza Peres ... (et al.). - 3. ed. - 14. reimpr. - São Paulo : Atlas, 2012.

OLIVEIRA, T. Recursos pedagógicos para educação bilíngue de surdos. São Paulo: Moderna, 2022.

OLIVEIRA, Patrícia Colares de; SANTOS, Weslei Farias dos; MIRANDA, Andrea da Silva. Cartilha informativa bilíngue sobre a cultura paraense: uma proposta de material didático alternativo para o docente desenvolve a inclusão do aluno surdo no ensino regular. Anais do III Fórum Amazônico de Estudos da Linguagem, Belém, 2022. DOI: 10.5281/zenodo.7834532.

PERRENOUD, Philippe. Desenvolver a prática reflexiva na profissão docente. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, A. Metodologias bilíngues na educação de alunos surdos. Rio de Janeiro: FGV, 2021.

SANTOS, M. A.; LOPES, R. C. Educação bilíngue e inclusão: perspectivas e desafios no contexto brasileiro. Revista Educação e Linguagem, v. 27, n. 2, p. 1-15, 2022.

TERNOSKI, SIMÃO A pesquisa quantitativa e qualitativa nas ciências sociais aplicadas / Simão Ternoski, Zoraide da Fonseca Costa, Rozeli Aparecida Menon. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 104

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 31 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 31 ago. 2025.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 31 ago. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar 2023. Brasília, DF: INEP, 2023.

LOPES, M. A. C. (2025). Educação de surdos e formação de professores. Revista Brasileira de Educação Especial, 31(1), 1-20. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbee/a/tydfFtwYf6MLzjkTLZpmXrf/?format=pdf&lang=pt>

MARENDAZ, S. A. Material didático como acesso: a função pedagógica dos recursos estruturados e adaptados na educação inclusiva. *International Integralize Scientific*, v. 5, n. 50, ago. 2025.
DOI:10.63391/16FDE2.

PORTAL EDUCAÇÃO. História da educação de surdos no Brasil. 2024. Disponível em:
<https://www.portaleducacao.com.br>. Acesso em: 31 ago. 2025.

ROCHA, L. R. M. D. A.; SILVA, M. R. (2023). A educação das pessoas surdas no Brasil: uma análise ao longo de duas décadas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 29(1), 5-15. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/Qqr4YJpLGLKncgGNG4RnWNG/>. Acesso em: 20 out. 2025.

SAVIANI, Dermeval. Por uma agenda curricular democrática com foco na formação crítica. *Educação e Realidade*, v. 46, n. 1, p. 15-30, 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/er/a/ZFBCCPDqqvxWtcJ3fSNGmXg/>. Acesso em: 20 out. 2025.

SKLIAR, Carlos. Invertendo epistemologicamente o problema da inclusão: os ouvintes no mundo dos surdos. *Estilos da Clínica*, v. 5, n. 9, p. 32-51, 2000. Disponível em:
<https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v5i9p32-51>. Acesso em: 21 out. 2025.

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto nº 3.964, de 23 de março de 1901. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3964-23-marco-1901-503192-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 out. 2025.